# América Latina em 2026: Competição Geopolítica, Vulnerabilidades Sociais e Desafios para a Autonomia Regional

## *América Latina en 2026: Competencia Geopolítica, Vulnerabilidades Sociales y Desafíos para la Autonomía Regional*

## *Latin America in 2026: Geopolitical Competition, Social Vulnerabilities and Challenges for Regional Autonomy*

***Sebastián Tobar e Sâmia de Brito***

**Resumo:** A conjuntura latino-americana de 2026 fica marcada pela competição estratégica entre Estados Unidos e China, a polarização política e a dificuldade de articular respostas regionais a problemas persistentes. A disputa entre as potências condiciona decisões sobre comércio, investimentos, segurança e recursos estratégicos, enquanto países buscam equilibrar autonomia e dependências externas. As eleições no Brasil, a transição incerta na Venezuela e a posição singular do México ilustram como a política doméstica se entrelaça com dinâmicas hemisféricas. No plano social, persistem tensões derivadas do custo de vida, da deterioração da renda e da vulnerabilidade a eventos climáticos extremos, como tempestades e terremotos. A pobreza crescente na Argentina e os protestos na Venezuela evidenciam a distância entre estabilização macroeconômica e bem-estar social. Economicamente, a região enfrenta tarifas norte-americanas, volatilidade energética associada a conflitos internacionais e impactos assimétricos sobre exportadores e importadores de energia. O crescimento permanece moderado e desigual, limitado por restrições fiscais, baixa produtividade e riscos climáticos. Na saúde, a vigilância epidemiológica e a cooperação regional ganham centralidade, destacando a necessidade de capacidades produtivas, financiamento estável e integração regulatória para fortalecer a autonomia sanitária.

**Palavras-chave:** América Latina; cooperação internacional; saúde.

***Resumen:*** *La situación latinoamericana de 2026 está marcada por la competencia estratégica entre Estados Unidos y China, la polarización política y la dificultad de articular respuestas regionales a problemas persistentes. La disputa entre potencias condiciona las decisiones sobre comercio, inversiones, seguridad y recursos estratégicos, mientras los países buscan equilibrar autonomía y dependencias externas. Las elecciones en Brasil, la transición incierta en Venezuela y la posición única de México ilustran cómo la política interna se entrelaza con la dinámica hemisférica. A nivel social, persisten tensiones por el costo de vida, el deterioro de los ingresos y la vulnerabilidad ante eventos climáticos extremos, como tormentas y terremotos. La creciente pobreza en Argentina y las protestas en Venezuela resaltan la distancia entre la estabilización macroeconómica y el bienestar social. Económicamente, la región enfrenta aranceles norteamericanos, volatilidad energética asociada con conflictos internacionales e impactos asimétricos sobre los exportadores e importadores de energía. El crecimiento sigue siendo moderado y desigual, limitado por restricciones fiscales, baja productividad y riesgos climáticos. En salud, la vigilancia epidemiológica y la cooperación regional ganan centralidad, destacando la necesidad de capacidades productivas, financiamiento estable e integración regulatoria para fortalecer la autonomía sanitaria.*

***Palabras clave:*** *América Latina; cooperación internacional; salud.*

***Summary****: The Latin American situation of 2026 is marked by strategic competition between the United States and China, political polarization and the difficulty of articulating regional responses to persistent problems. The dispute between powers conditions decisions on trade, investments, security and strategic resources, while countries seek to balance autonomy and external dependencies. The elections in Brazil, the uncertain transition in Venezuela and the unique position of Mexico illustrate how domestic politics intertwines with hemispheric dynamics. On a social level, tensions persist due to the cost of living, the deterioration of income and vulnerability to extreme weather events, such as storms and earthquakes. Growing poverty in Argentina and protests in Venezuela highlight the distance between macroeconomic stabilization and social well-being. Economically, the region faces North American tariffs, energy volatility associated with international conflicts and asymmetric impacts on energy exporters and importers. Growth remains moderate and uneven, limited by fiscal constraints, low productivity and climate risks. In health, epidemiological surveillance and regional cooperation gain centrality, highlighting the need for productive capacities, stable financing and regulatory integration to strengthen health autonomy.*

***Keywords:*** *Latin america; international cooperation; health.*

**Apresentação:**

A análise desta quinzena deve situar-se em um cenário regional marcado pela competição estratégica entre Estados Unidos e China, pelas tensões em torno da autonomia latino-americana, pela polarização política e pelas dificuldades em articular respostas regionais a problemas econômicos e sociais persistentes.

A saúde constitui uma dimensão estratégica desse cenário: as políticas de cooperação internacional, o acesso a medicamentos e tecnologias de saúde, a produção regional, as compras conjuntas e o financiamento dos sistemas de saúde estão vinculados tanto à integração regional quanto às prioridades geopolíticas das principais potências.

O relatório organiza-se em cinco dimensões, buscando distinguir os acontecimentos concretos do período das tendências estruturais que auxiliam na sua interpretação. Para evitar atribuir a este período fatos não verificados, as afirmações sobre acontecimentos recentes devem ser confrontadas com fontes jornalísticas e institucionais atualizadas.

## I. DIMENSÃO GEOPOLÍTICA: COMPETIÇÃO ESTRATÉGICA E AUTONOMIA REGIONAL

### Estados Unidos, China e a disputa pela influência regional

A competição entre os Estados Unidos e a China redefine o cenário estratégico da América Latina e do Caribe[1]. A região ganha centralidade devido aos seus minerais críticos, à sua

[1] Tokatlian (2026), ao analisar a América Latina, distingue dois conceitos que se mostram interessantes: a "gravitação", entendida como o peso que a região possui na economia e na tecnologia globais. Nesse sentido, aponta que a região apresenta um baixo investimento em P&D (US$ 64 bilhões, um montante inferior ao de Taiwan) e que apenas 6% das exportações mundiais correspondem à América Latina.

capacidade agroalimentar e energética e ao seu papel nas cadeias de suprimentos e em organismos multilaterais. A disputa entre as duas potências não se limita ao comércio: estende-se à segurança, aos investimentos, às telecomunicações, à energia, à saúde e ao financiamento, gerando pressões diferenciadas sobre os governos latino-americanos.

Os Estados Unidos buscam reafirmar sua liderança hemisférica por meio de agendas de segurança, controle migratório, comércio e reorganização de cadeias produtivas. A China consolida sua influência através de vínculos econômicos, tecnológicos e diplomáticos, apoiados em sua demanda por matérias-primas e em sua capacidade de financiar infraestrutura. Diante dessas dinâmicas, os países latino-americanos tentam preservar sua autonomia, atrair investimentos e equilibrar suas prioridades internas com as pressões externas.

A questão central do período é como a região gerencia essa competição estratégica em um contexto de fragmentação política, assimetrias econômicas e heterogeneidade institucional, buscando transformar oportunidades geoeconômicas em maior capacidade de negociação e desenvolvimento.

Uma pesquisa regional publicada em 2 de outubro indicou que a China é vista de forma mais favorável do que os Estados Unidos como influência global na América Latina, pela primeira vez desde o início dessa série de medições, em 1995. Esse resultado constitui um indicador de percepção pública, não necessariamente uma expressão direta das posições diplomáticas dos governos[2].

Os principais campos de disputa são:

- ✓ ***Segurança hemisférica***: ampliação da cooperação contra o narcotráfico e as organizações criminosas, com debates sobre soberania e limites da intervenção externa.
- ✓ ***Recursos estratégicos***: minerais críticos, terras raras, energia e infraestrutura.
- ✓ Comércio e investimentos: tarifas norte-americanas, acesso ao mercado chinês e diversificação de parceiros.

---

Portanto, a região carece de uma gravitação tecnológica ou comercial significativa. Em contrapartida à gravitação, analisa-se a "relevância", compreendida como o valor geopolítico. A região dispõe de acesso a dois oceanos e a passagens estratégicas (Panamá, Magalhães); possui recursos críticos — como energia, minerais, terras raras, água e alimentos —, além de contar com uma projeção antártica e a maior biodiversidade do planeta. Tais ativos ganham novo valor com o retorno da geopolítica, conferindo à região um valor estratégico. Ver Tokatlian, J.G. ( (2026), "***Gravitación y relevancia de América latina El Escudo de las Américas creado por los Estados Unidos refleja la centralidad que actualmente tiene América Latina para Washington. Las implicancias para la región son variadas***". Publicado en el diario Clarin, Buenos Aires, Argentina, 13/10/2026. Disponível em: https://www.clarin.com/autor/juan-gabriel-tokatlian.html

[2] A pesquisa do Latinobarômetro de 2026, publicada na sexta-feira, revelou que 65% dos entrevistados em 17 países viam a China como uma influência positiva. Esse índice se comparou aos 57% que disseram o mesmo sobre os Estados Unidos. A Costa Rica e a República Dominicana foram os únicos países pesquisados onde os entrevistados viam a influência americana de forma mais positiva do que a da China. A pesquisa de 2026 baseou-se em cerca de 19.200 entrevistas presenciais realizadas em 17 países entre 7 de maio e 17 de junho, com uma margem de erro de 1%. Ver: https://www.aljazeera.com/amp/news/2026/10/2/latin-america-sees-china-as-more-positive-global-influence-than-us-poll

- ✓ ***Governança internacional***: papel da ONU, dos BRICS, da CELAC e dos mecanismos sub-regionais.

A disputa entre os Estados Unidos e a China manifesta-se de formas distintas na América Latina e no Caribe, a depender da estrutura produtiva, da geografia e das prioridades de cada governo. O México enfrenta tensões decorrentes do TMEC, de tarifas e de cadeias produtivas integradas com os Estados Unidos. O Brasil combina uma relação comercial estratégica com a China a laços políticos e econômicos relevantes com Washington. A Argentina, por sua vez, lida com a competição em setores como lítio, energia e infraestrutura, buscando equilibrar sua aproximação política com os Estados Unidos e suas relações econômicas com a China. O Peru e o Chile fortalecem laços comerciais e tecnológicos com a China — especialmente no setor de mineração —, ao mesmo tempo em que mantêm relações econômicas com os Estados Unidos. Na América Central e no Caribe, a disputa manifesta-se, sobretudo, nas áreas de segurança, migração, conectividade digital e infraestrutura portuária.

A CEPAL identifica uma diferenciação geográfica clara: México e América Central reforçam sua integração com os Estados Unidos, enquanto a América do Sul intensifica suas conexões com a China, sobretudo em agricultura e minerais. A revisão do T-MEC e os novos acordos comerciais norte-americanos acrescentam uma dimensão regulatória que aprofunda essa assimetria regional[3].

A competição entre os Estados Unidos e a China também repercute nos sistemas de saúde latino-americanos, ao conectar a saúde a dimensões estratégicas como produção, tecnologia, dados e financiamento. A região mantém uma alta dependência de fornecedores externos de medicamentos e insumos, o que a expõe a pressões comerciais e à necessidade de diversificar fontes. Paralelamente, a produção farmacêutica e biotecnológica oferece oportunidades de investimento e transferência de tecnologia, mas traz o risco de concentrar capacidades em poucos países ou empresas.

Os equipamentos e a tecnologia médica tornam-se um campo de competição entre fornecedores, marcado por custos de manutenção, interoperabilidade e dependência tecnológica. A infraestrutura digital de saúde impõe desafios relacionados à segurança de dados, à regulação de plataformas e à inteligência artificial, ao passo que a cooperação internacional e o financiamento refletem mudanças de prioridades e disputas por influência institucional. Por fim, os minerais críticos ganham relevância devido ao seu papel na fabricação de equipamentos médicos, eletrônicos e tecnologias ligadas à transição energética.

A questão sanitária não deve ser interpretada exclusivamente como um confronto entre potências. Também é importante a capacidade dos países da região de definir suas prioridades de saúde pública, fortalecer a produção local e garantir o acesso equitativo a medicamentos, vacinas e tecnologias.

A América Latina e o Caribe são atores relevantes na competição estratégica entre os Estados Unidos e a China, mas não funcionam apenas como receptores passivos dessa disputa. Os governos da região buscam transformar a rivalidade externa em oportunidades de investimento, diversificação produtiva e desenvolvimento, embora os resultados dependam de suas capacidades estatais, da solidez de suas políticas industriais e de sua coordenação regional.

[3] https://www.cepal.org/en/notes/united-states-latin-america-and-caribbean-trade-developments-2026

O desafio central é transformar a importância geopolítica — baseada em recursos, mercados e posição internacional — em maior autonomia econômica, tecnológica, sanitária e diplomática.

**Brasil: as eleições como fator geopolítico hemisférico**

A eleição presidencial brasileira constitui um dos acontecimentos regionais de maior relevância. O primeiro turno, realizado em 4 de outubro, definiu o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o senador Flávio Bolsonaro como os concorrentes para o segundo turno, em 25 de outubro. Os temas centrais incluem segurança pública, custo de vida, corrupção, dívida pública e orientação internacional. A margem estreita do primeiro turno indica que a mobilização eleitoral e a capacidade de construir alianças serão decisivas[4].

O resultado também pode influenciar a coordenação regional no Mercosul, a relação com os BRICS e a capacidade do Brasil de atuar como articulador de iniciativas sul-americanas[5].

O resultado abre dois cenários potencialmente diferentes para as relações hemisféricas:

- **Continuidade de Lula:** maior ênfase no multilateralismo, na soberania nacional, nos BRICS e na diversificação das relações internacionais.
- **Um eventual governo de Flávio Bolsonaro**: maior proximidade política com a administração de Donald Trump e uma provável reorientação da cooperação em segurança e das negociações econômicas com Washington.

***Em ambos os cenários, a relação comercial com a China continuará sendo um fator estrutural***[6]. A questão não é apenas ideológica: o Brasil precisa negociar simultaneamente sobre minerais críticos[7], tarifas, exportações agrícolas, investimentos e autonomia estratégica[8]. Independentemente do que aconteça nas eleições no Brasil, os crescentes laços econômicos do país com a China parecem tornar explícitos e expor os limites da "***Doutrina Donroe***[9]". Embora um governo de Flávio Bolsonaro pudesse constituir uma vitória simbólica para Trump e

[4] https://www.reuters.com/world/americas/brazilians-head-polls-high-stakes-polarized-election-2026-10-04/

[5] No artigo de ALCAZAR, S, neste caderno se analisa as propostas de politica exterior dos dois candidatos para o segundo turno das eleições Brasileiras.

[6] A Foreign Policy sustenta que um governo Bolsonaro provavelmente se alinharia a Washington em questões de segurança, mas teria dificuldades para abandonar os laços comerciais com Pequim. https://foreignpolicy.com/2026/09/21/brazil-presidential-election-lula-bolsonaro-china-us-trump/?tpcc=recirc_right_rail051524

[7] A Reuters, no dia 9 de outubro, apontou que a eleição também afeta o acesso dos Estados Unidos a minerais críticos e terras-raras brasileiros, recursos relevantes para reduzir a dependência da China. https://www.reuters.com/world/americas/brazil-election-reshape-trade-with-us-with-tariffs-minerals-stake-2026-10-09/

[8] O Stimson Center, em uma análise de 13 de outubro, aponta que os vínculos econômicos brasileiros com a China limitam a possibilidade de que Washington consiga deslocar Pequim da América do Sul.

[9]A dependência comercial, tecnológica e financeira continuará crescendo, e qualquer governo brasileiro terá de lidar com essa relação. Mesmo um Bolsonaro vitorioso acabaria viajando a Pequim, refletindo a força da atração econômica chinesa. A dependência comercial, tecnológica e financeira continuará crescendo, e qualquer governo brasileiro terá de lidar com essa relação. Mesmo um Bolsonaro vitorioso acabaria viajando a Pequim, refletindo a força da atração econômica chinesa. https://www.stimson.org/2026/brazils-election-exposes-the-limits-of-the-donroe-doctrine/

reforçasse o alinhamento ideológico regional com os Estados Unidos, isso não alteraria a gravitação estrutural da China no Brasil.

A eventual chegada de Flávio Bolsonaro à Presidência do Brasil[10] levanta questões sobre a ***continuidade e o perfil da participação brasileira no BRICS[11]***. A análise exige distinguir três dimensões: a) a permanência do país no bloco, b) o grau de compromisso político com a cooperação entre economias emergentes e c) a capacidade de sustentar uma agenda de autonomia estratégica em relação aos Estados Unidos e à China. Um governo de Flávio Bolsonaro não implicaria automaticamente a saída do Brasil do BRICS, mas poderia redefinir prioridades diplomáticas, reduzir ou comprometer iniciativas do bloco e aproximar o Brasil das posições de Washington.

Na área diplomática, o programa eleitoral de Flavio Bolsonaro propõe substituir o que considera uma política externa ideológica por uma orientada pelo pragmatismo e pelos interesses nacionais. Sua proposta não menciona expressamente o bloco. Propõe aprofundar a aproximação com Washington e os vínculos com governos afins. Declarou que manteria uma relação econômica pragmática e que o Brasil não precisa escolher entre a China e os Estados Unidos. Propõe retomar o processo de adesão do Brasil à OCDE[12].

Nesse sentido, é possível construir três cenários possíveis em relação aos BRICS:




A viabilidade dos BRICS pode ser avaliada em três planos: institucional, econômico e geopolítico. No nível institucional, a continuidade do Brasil como membro e acionista do bloco não

[10] Do ponto de vista metodológico, é necessário diferenciar resultados eleitorais confirmados de cenários hipotéticos: em 11 de outubro de 2026, qualquer validação dependerá da apuração oficial das eleições. Assim, o debate sobre a viabilidade do BRICS sob um eventual governo Bolsonaro deve ser formulado como um exercício analítico, e não como um fato consumado. As informações eleitorais disponíveis mostram que Flávio Bolsonaro e Luiz Inácio Lula da Silva disputarão o segundo turno em 25 de outubro de 2026. No primeiro turno, Flávio obteve 47,03% dos votos válidos e Lula, 45,16%, segundo o Tribunal Superior Eleitoral brasileiro. https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2026/Outubro/flavio-bolsonaro-e-lula-vao-disputar-o-2o-turno-para-a-presidencia-da-republica

[11] Há, além disso, um sinal político concreto: Flávio questionou a permanência do Brasil nos BRICS e defendeu restrições à vinculação do Pix a mecanismos de compensação transfronteiriça não ocidentais. No entanto, também declarou que manteria um diálogo pragmático com a China. Ver: Veja o que os candidatos pensam sobre política externa - 12/09/2026 - Política - Folha e À CNN, Flávio diz "não ter problema de conversar com EUA ou China" | CNN Brasil

[12] https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/deutschewelle/2026/09/17/brics-eua-mercosul-as-propostas-de-lula-e-flavio-bolsonaro-para-politica-externa.amp.htm

seria necessariamente afetada por um eventual governo de Flávio Bolsonaro. No plano econômico, é provável que persistam as trocas comerciais, os investimentos e o financiamento de projetos, dada a relevância estrutural da China para o Brasil. O nível geopolítico é o mais suscetível a mudanças: um governo Bolsonaro poderia reduzir o compromisso com a agenda de autonomia estratégica do grupo e adotar uma participação mais seletiva, centrada em benefícios econômicos, ao mesmo tempo em que amplia a cooperação com os Estados Unidos.

A questão central não é apenas se o Brasil permaneceria nos BRICS, mas se continuaria atuando como um impulsionador político do bloco ou se passaria a desempenhar um papel mais pragmático e menos estratégico. Esse caso ilustra uma tensão central na geopolítica das Américas: a disputa entre a estratégia norte-americana de recuperar influência regional e a busca brasileira por autonomia mediante a diversificação de alianças.

**Venezuela: transição política, petróleo e legitimidade democrática**

A Venezuela atravessa uma transição política excepcional, na qual a reorganização do poder estatal, a negociação entre o governo e setores da oposição e a influência dos Estados Unidos ocorrem simultaneamente. A principal questão já não é apenas se haverá eleições, mas quando serão realizadas, sob quais garantias institucionais e com que grau de autonomia política.

No início de outubro, o processo ainda não conta com uma data eleitoral acordada. A presidente interina, Delcy Rodríguez, anunciou que haverá eleições e que a participação das diferentes forças políticas será garantida, enquanto a oposição exige um roteiro verificável rumo a uma transição democrática.

Em 9 de outubro, María Corina Machado exigiu a realização de eleições nacionais na Venezuela antes de julho de 2027, segundo uma entrevista publicada pelo *Financial Times* e repercutida pela Reuters[13]. Ela também apontou a necessidade de transparência na gestão das receitas petrolíferas venezuelanas, atualmente sob supervisão dos Estados Unidos, de acordo com as informações divulgadas.

O caso venezuelano envolve três dimensões geopolíticas: o controle e a distribuição das rendas do petróleo, a legitimidade das instituições políticas e o papel dos Estados Unidos em uma eventual transição. Também levanta questões sobre o reconhecimento internacional, a soberania econômica e as garantias para uma disputa eleitoral verificável

Ao final do período abrangido por estes Cadernos, a Venezuela encontrava-se em uma ***fase de negociação institucional sem um calendário eleitoral consensual***. A transição dependerá de que os acordos anunciados se traduzam em reformas efetivas, de que a participação política seja ampliada e de como os interesses norte-americanos se articulem com as demandas venezuelanas de representação e soberania. A data das eleições permanece em aberto, e as propostas para 2027 devem ser distinguidas das decisões oficialmente adotadas.

**Será o México o único bastião progressista da América Latina?**

Desde que Donald Trump retornou ao poder para seu segundo mandato, as sete eleições presidenciais realizadas na região foram vencidas por candidatos alinhados à sua ideologia. Se o

[13] https://www.reuters.com/world/americas/venezuelas-machado-calls-elections-by-july-ft-reports-2026-10-09/

Brasil — o último grande bastião na América do Sul — cair sob a influência da Doutrina Trump, os Estados Unidos poderão obter acesso preferencial às vastas reservas de terras raras do país, além de se esperar um maior alinhamento com o movimento MAGA e o Escudo das Américas. O cenário parece sombrio para a esquerda latino-americana, e a presidente Sheinbaum, do México, ficará em uma posição desconfortável.

A questão é se essa realidade que se reproduziu na América Latina — agora rebatizada com a ideia de "***Hemisféri***o" e como o " ***fundo do quintal da Casa Blanca***" — continuará sua saga e se o próximo capítulo será no México.

Como mencionamos nestes Cadernos, a presidente Sheinbaum tem lutado contra as intervenções dos Estados Unidos em seu território, ao mesmo tempo em que busca aproveitar a estreita relação com o país para impulsionar o ***Plano México***[14] — uma estratégia de desenvolvimento econômico, industrial e social apresentada pela presidente mexicana que visa aumentar a produção nacional, atrair investimentos, gerar empregos, fortalecer o mercado interno e reduzir a pobreza e a desigualdade.

A presidente Sheinbaum, que conta com forte aprovação dentro e fora do país, vê seus principais aliados se afastarem, o que prejudica suas políticas, como a do Plano México.

**A agenda multilateral e a integração regional**

A realização do 41.º período de sessões da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), de 7 a 9 de outubro na República Dominicana, colocou na agenda regional as transformações produtivas, sociais e ambientais diante do novo contexto geopolítico e geoeconômico[15].

[14] O governo mexicano anunciou metas iniciais para orientar o desenvolvimento do país. 1. Crescimento econômico: com a meta de situar o México entre as dez maiores economias do mundo; 2. Investimentos: elevando o investimento total para além de 25% do PIB; 3. Emprego: com a ambição de criar 1,5 milhão de empregos adicionais; 4. Indústria nacional: propondo aumentar o conteúdo mexicano na produção e nas cadeias de suprimentos; 5. Compras públicas: propondo que 50% das compras públicas correspondam à produção nacional; 6. Substituição de importações: produzindo no México bens atualmente adquiridos no exterior, promovendo a substituição de importações; 7. Ciência e tecnologia: formando mais profissionais e técnicos e impulsionando a inovação; 8. Saúde: fortalecendo a produção nacional de vacinas e insumos estratégicos para a saúde; 9. Pequenas empresas: ampliando o acesso das PMEs ao financiamento; 10. Desenvolvimento social: propiciando a redução da pobreza e da desigualdade; 11. Meio ambiente: promovendo práticas empresariais sustentáveis; 12. Turismo: situando o México entre os cinco países mais visitados do mundo. Para alcançar essas metas, propõe quatro caminhos: a) Reindustrialização e substituição de importações; b) Atração de investimentos e relocalização produtiva; c) Soberania alimentar e energética; e d) Desenvolvimento tecnológico e sanitário. O Plano México constitui uma oportunidade estratégica de transformação produtiva que combina investimento, industrialização, substituição de importações e objetivos sociais. Seu interesse para a América Latina reside no debate que propõe sobre como converter a integração comercial em capacidades produtivas próprias e, no campo da saúde, como traduzi-las em maior segurança de abastecimento e autonomia sanitária.https://www.gob.mx/presidencia/prensa/presidenta-claudia-sheinbaum-presenta-el-plan-mexico-que-contempla-un-portafolio-de-inversiones-de-277-mmdd

[15] https://periododesesiones.cepal.org/41/es/noticias/cinco-cosas-que-debes-saber-cuadragesimo-primer-periodo-sesiones-la-cepal

O desafio consiste em traduzir os diagnósticos comuns em capacidades efetivas de negociação. A fragmentação entre governos, as divergências sobre segurança e as orientações econômicas distintas dificultam uma posição regional unificada frente aos Estados Unidos, à China e a outros atores.

Balanço geopolítico: a autonomia regional não depende exclusivamente de declarações diplomáticas. Exige capacidades produtivas, financiamento, coordenação regulatória, cooperação científica e mecanismos estáveis de integração.

## II DIMENSÃO DA SITUAÇÃO POLÍTICA: POLARIZAÇÃO, ELEIÇÕES E GOVERNABILIDADE

### Colômbia: crise fiscal e capacidade de governo

A crise fiscal impõe um teste de capacidade estatal: o governo precisa recuperar a sustentabilidade das finanças públicas sem comprometer a prestação de serviços essenciais nem acirrar os conflitos políticos e sociais.

A evolução da situação dependerá de quatro variáveis: a redução efetiva do déficit, a capacidade de aprovação legislativa, as condições de acesso ao financiamento e a distribuição social do custo do ajuste.

Colômbia pode ser caracterizada como um caso em que a restrição fiscal se torna um fator transversal de governabilidade, com possíveis repercussões sobre a autonomia econômica, a coesão social e a continuidade das políticas públicas.

Em 8 de outubro, a imprensa informou que o governo colombiano buscava assistência do Fundo Monetário Internacional diante de dificuldades fiscais. A informação menciona um possível financiamento entre 8 bilhões e 20 bilhões de dólares e a necessidade de negociar ajustes orçamentários em um Congresso dividido.

A situação coloca um problema político central: conciliar a sustentabilidade fiscal com os gastos sociais e a capacidade de construir acordos legislativos. As condições de um eventual acordo financeiro poderiam tornar-se objeto de controvérsia sobre a distribuição dos custos do ajuste.

A situação colombiana tem relevância regional por três motivos.

**Primeiro,** a autonomia da política econômica. Uma maior dependência de financiamento externo pode reduzir a margem para definir o ritmo e a composição dos gastos públicos.

**Segundo,** a governabilidade democrática. Decisões sobre impostos, dívida e gastos sociais podem intensificar as disputas entre o Executivo, o Congresso, os setores econômicos e as organizações sociais.

**Terceiro**, a integração regional. Restrições orçamentárias podem dificultar a continuidade de programas de cooperação, infraestrutura e saúde, bem como reduzir os recursos disponíveis para iniciativas regionais.

No ***âmbito da saúde***, em particular, será importante observar se o ajuste repercute no financiamento da atenção primária, nos medicamentos, nos recursos humanos e na capacidade territorial do sistema de saúde. Esses são riscos que devem ser avaliados com base em decisões orçamentárias concretas, e não consequências que possam ser dadas como certas de antemão.

**Tendências políticas regionais**

Desde 2015, observa-se uma tendência significativa à alternância presidencial e, sobretudo, à punição eleitoral dos governos em exercício. No entanto, nem todas as eleições foram vencidas pela oposição. A região tem vivenciado um ciclo prolongado de dificuldades para a continuidade dos governos situacionistas, interrompido por vitórias de continuidade em vários países e acompanhado por uma crescente volatilidade eleitoral[1617].

Entre 2025 e 2027, a América Latina vivenciará um triênio eleitoral que está reconfigurando seu panorama político. Doze países realizaram eleições presidenciais que, somadas às de 2024 (El Salvador, Panamá, República Dominicana, México, Venezuela e Uruguai), estão redefinindo a região. Observa-se que a população vota por outros motivos além da ideologia: perda de poder de compra, angústia diante da falta de segurança, escassas perspectivas de melhoria social e o mau funcionamento do Estado, dos partidos e da classe política. Esse substrato, se traduz em um voto mais pragmático do que ideológico. O voto de punição pairará sobre a Colômbia, Chile e a Bolívia, diante da frustração de expectativas após os mandatos de Gustavo Petro, Gabriel Boric e Luis Arce..

Como temos documentado nestes Cadernos, nos últimos tempos, os processos políticos de maior impacto apresentam três problemas inter-relacionados:

1. **Polarização eleitoral:** as disputas nacionais adquirem uma dimensão hemisférica devido às alianças ideológicas entre governos e dirigentes.
2. **Governabilidade fiscal**: as restrições orçamentárias limitam a capacidade de responder às demandas sociais.
3. **Fragilidade dos consensos regionais**: as divergências sobre segurança, comércio e relações internacionais dificultam políticas comuns.

Essas tendências devem ser interpretadas como processos regionais, e não como uma situação idêntica em todos os países.

## IIII: DIMENSÃO DA SITUAÇÃO SOCIAL: CUSTO DE VIDA, CONFLITUOSIDADE E VULNERABILIDADE

**Venezuela: retomada dos protestos sociais**

Em 29 de setembro, o jornal El País noticiou a retomada de manifestações na Venezuela relacionadas a salários, pensões, cortes de energia, libertação de presos políticos e exigências de um calendário eleitoral[18]. O cenário de conflito reflete a distância entre as expectativas de recuperação econômica e as condições materiais de vida de amplos setores da população.

---

16 https://www.realinstitutoelcano.org/analisis/las-elecciones-latinoamericanas-en-2025-nuevas-y-viejas-dinamicas/

17 Uma ressalva metodológica: este balanço refere-se a eleições presidenciais nacionais. Em vários países do Caribe, o chefe de governo é um primeiro-ministro eleito por meio de eleições parlamentares; portanto, esses processos requerem uma classificação à parte.

18 https://elpais.com/america/2026-09-29/los-apagones-la-crisis-economica-y-el-bloqueo-a-maria-corina-machado-reactivan-la-protesta-social-en-venezuela.html

O caso demonstra que uma transição política ou a recuperação da atividade petrolífera não geram, necessariamente, melhorias sociais imediatas. A evolução da renda, dos serviços públicos e dos direitos políticos será decisiva para a estabilidade do país.

**Argentina: pobreza e pressão sobre as famílias**

Embora o dado corresponda à primeira metade de setembro e não a um novo acontecimento do período, o indicador de pobreza publicado em 24 de setembro constitui um antecedente relevante: segundo o Instituto Nacional de Estatísticas e Censos (INDEC) da Argentina, a taxa atingiu 32,3% da população durante o primeiro semestre de 2026, ante 28,2% no período anterior. É possível associar essa deterioração ao aumento das dificuldades para cobrir despesas básicas e ao ressurgimento de estratégias informais de subsistência[19].

O indicador permite identificar uma tensão central da conjuntura regional: a estabilização macroeconômica não garante, por si só, uma recuperação equivalente da renda real, da segurança alimentar e do bem-estar das famílias.

**Riscos climáticos e desigualdade territorial**

A preparação para fenômenos meteorológicos extremos continua sendo uma questão social e de saúde. A tempestade tropical Simon poderia se intensificar antes de atingir a costa mexicana do Pacífico, trazendo riscos de inundações e deslizamentos. A exposição depende não apenas da intensidade do fenômeno, mas também da qualidade das moradias, dos sistemas de alerta e da capacidade da defesa civil[20].

Além disso, na última semana, o terremoto ocorrido no Panamá em 9 de outubro de 2026 somou-se a uma série de sismos de grande magnitude registrados ao longo de 2026 na Venezuela, na Colômbia e no México. O período apresenta um contraste importante: enquanto alguns terremotos ocorreram em áreas relativamente pouco povoadas, outros causaram danos humanos e materiais de grande escala.

O terremoto de magnitude 7,7 gerou um alerta de tsunami para áreas do Pacífico na América Central e na América do Sul, o qual foi posteriormente suspenso. Foram registrados danos em edifícios, residências, escolas, igrejas e estradas, especialmente nas províncias centrais. Houve evacuações preventivas, interrupções temporárias de serviços e suspensão de atividades educacionais. Os primeiros levantamentos de 9 de outubro não registravam vítimas fatais; a contagem de vítimas e danos permanecia sujeita a atualizações[21].

Os terremotos parecem constituir um risco recorrente e potencialmente devastador para a América Latina e o Caribe. O Panamá enfrenta agora uma emergência que exige avaliar danos e necessidades; a Venezuela e a Colômbia mostram as consequências humanas que um evento de grande magnitude pode acarretar quando atinge áreas povoadas e infraestrutura vulnerável.

---

[19] https://www.investing.com/news/economy-news/poverty-ratetests-argentinas-milei-ahead-of-election-4914838

[20] https://www.reuters.com/business/environment/storm-simon-seen-exploding-into-major-hurricane-before-hitting-mexico-2026-10-08/

[21] https://elpais.com/america/2026-10-09/un-terremoto-de-76-sacude-a-panama.html

**Balanço social**

Os principais problemas que requerem acompanhamento regional são:

- A deterioração do poder de compra e as dificuldades de acesso a alimentos, moradia e serviços.
- Os conflitos relacionados a salários, pensões e serviços públicos.
- A persistência de desigualdades territoriais e sociais.
- A vulnerabilidade das comunidades expostas a fenômenos climáticos extremos.
- A necessidade de fortalecer a proteção social em contextos de ajuste fiscal.

Esses problemas podem ganhar maior intensidade quando coincidem com polarização política, restrições orçamentárias e enfraquecimento dos mecanismos de diálogo social.

## IV. DIMENSÃO DA SITUAÇÃO ECONÓMICA: RESTRIÇÕES COMERCIAIS, ENERGÉTICAS E FISCAIS

**México: impacto das tarifas dos EUA**

Em 8 de outubro, as exportações mexicanas de automóveis caíram 12% em relação ao ano anterior em setembro, enquanto a produção caiu 15%. As vendas internas aumentaram 8%, oferecendo compensação parcial. A incerteza tarifária dos EUA e a revisão do acordo comercial norte-americano afetam as decisões de produção e investimento[22].

O caso mostra a vulnerabilidade de uma economia industrial estreitamente integrada com o mercado dos EUA. Mostra também que a integração produtiva pode gerar benefícios importantes, mas aumenta a exposição a mudanças unilaterais nas políticas comerciais.

A situação em outubro de 2026 mostra que as tarifas dos EUA já exercem uma pressão observável sobre a indústria automóvel mexicana, embora os efeitos variem dependendo do produto e do grau de conformidade com o T-MEC. A queda nas exportações em setembro é um indicador relevante, mas ainda não demonstra por si só uma deterioração estrutural de toda a economia mexicana.

A variável decisiva será o resultado da revisão comercial: se se consegue uma maior previsibilidade para as empresas, ou se persiste um regime de tarifas e sucessivas negociações que condiciona as decisões de investimento.

***O México representa um caso central de interdependência económica assimétrica, em que a integração produtiva com os Estados Unidos constitui uma vantagem de exportação, mas também um canal de transmissão das decisões comerciais e geopolíticas de Washington***.

**Energia e transmissão de conflitos internacionais**

No dia 8 de outubro, o preço do petróleo Brent fechou nos 104,28 dólares por barril, depois de subir 4,1%, num contexto de tensões no Médio Oriente e de ameaças ao

[22] A política tarifária dos Estados Unidos está aumentando a incerteza sobre o modelo de exportação mexicano, especialmente na indústria automotiva, aço, alumínio e cadeias produtivas integradas na América do Norte. O impacto não é uniforme: os produtos que cumprem os requisitos do Acordo entre o México, os Estados Unidos e o Canadá (USMCA) mantêm vantagens tarifárias, enquanto outros setores enfrentam taxas específicas. https://www.reuters.com/business/autos-transportation/mexican-auto-exports-slump-september-us-tariffs-take-toll-2026-10-08/

abastecimento energético.[23] Como podem ver, embora o Estreito de Ormuz já não esteja bloqueado, os preços dos combustíveis continuam dolorosamente elevados. É um problema complexo com profundas consequências financeiras, políticas e económicas[24].

O que começou como uma crise de abastecimento de petróleo causada pela guerra no Irão transformou-se numa crise energética mais ampla que afecta motoristas, camionistas e agricultores em todo o mundo e na América Latina.

Os efeitos da crise de Ormuz sobre os preços - começando pelos preços da energia e depois estendendo-se a todos os outros - são-nos tão familiares também na nossa região que talvez seja desnecessário insistir neles. Exceto notar que, na América Latina, muitos perdem (a começar pelos países com economias já instáveis, como a Nicarágua, a República Dominicana e outros países das Caraíbas), mas alguns ganham: na Guiana, as receitas do petróleo cresceram mais de 50% desde o início do ano; Na Argentina, a expansão da produção de petróleo e gás de xisto transformou o país de importador líquido de energia em exportador; O Brasil é o maior produtor de petróleo da América Latina e um dos dez maiores do mundo, com amplas margens de crescimento; O Peru e o Chile compensaram o aumento dos custos da energia exportando minerais, incluindo cobre e ouro, cujos preços atingiram níveis recordes. Até a Venezuela, após a remoção forçada de Nicolás Maduro pelas mãos dos Estados Unidos, conheceu uma recuperação – embora não se saiba quanto tempo durará – no sector petrolífero[25].

Nesse sentido, para a América Latina e o Caribe, o impacto é desigual:

- ***Países exportadores de hidrocarbonetos***: podem beneficiar de rendimentos externos mais elevados, embora enfrentem custos internos de combustível, transporte e fatores de produção.
- ***Economias importadoras de energia:*** estão mais expostas ao aumento dos preços das importações e a novas pressões inflacionistas.
- ***Países dependentes de alimentos e fertilizantes importados:*** podem sofrer aumentos adicionais nos custos de produção e nos preços ao consumidor.

**Perspectivas de crescimento regional**

O relatório económico de outubro da Atradius identifica um crescimento moderado e misto, com perspectivas mais fracas para a América do Sul e o México, enquanto as Caraíbas deverão beneficiar do turismo, do investimento e da reconstrução. Destaca também os riscos

---

[23] https://www.reuters.com/business/energy/oil-rises-middle-east-supply-concerns-persist-amid-shipping-attacks-2026-10-08/

[24] O sistema energético global não está a viver apenas uma guerra, mas sim duas – ou talvez três – simultaneamente. Além da guerra entre os Estados Unidos e o Irão – um conflito que se arrasta há muito mais tempo do que muitos inicialmente imaginaram – há a batalha entre o Iémen e os rebeldes Houthi apoiados pelo Irão. Os ataques de drones e mísseis Houthi perturbaram outro ponto de estrangulamento vital para o comércio global: o Estreito de Bab el-Mandeb. A isto somam-se os ataques cada vez mais eficazes de drones ucranianos que estão a destruir refinarias na Rússia, um grande exportador. de diesel no mundo. https://cnnespanol.cnn.com/2026/10/09/economia/gasolina-diesel-precios-ormuz-trax

[25] https://www.uypress.net/Internacionales/Por-que-El-Nino-en-America-Latina-puede-cambiar-incluso-el-clima-politico-uc156875

derivados das tensões geopolíticas, do aumento dos preços da energia e dos fenómenos climático[26]s.

A questão económica central é como transformar a estabilidade macroeconómica em crescimento produtivo sustentado, emprego de qualidade e redução das desigualdades. A diversificação comercial, a integração industrial e o investimento em infraestruturas resilientes são relevantes para reduzir a exposição a choques externos.

As perspetivas para 2026 mostram que o crescimento está distribuído de forma desigual. O Banco Mundial destaca o desempenho do Paraguai, El Salvador, Panamá e República Dominicana, enquanto a Argentina mantém uma trajetória de recuperação, embora com desafios de sustentabilidade[27].

O Banco Mundial identifica fatores que limitam o crescimento regional:

- ***Restrições fiscais e dívida pública:*** O peso dos juros limita o investimento público e reduz a margem para os governos expandirem as infraestruturas, a educação e a proteção social.
- ***Fragmentação geopolítica e comercial*****:** As tensões tarifárias, a concorrência entre os Estados Unidos e a China e o abrandamento em alguns mercados externos podem afetar as exportações, os investimentos e as cadeias de abastecimento.
- ***Riscos climáticos e energéticos:*** O fenómeno El Niño pode atingir á agricultura e a produção hidroelétrica, aumentando os custos dos alimentos e da energia.
- ***Baixa produtividade e informalidade***: A expansão limitada das empresas produtivas e a persistência do emprego informal tornam difícil que o crescimento se traduza em melhores salários, maiores receitas e redução sustentada da pobreza.

As perspectivas para a América Latina e o Caribe em 2026 são de crescimento moderado, heterogeneidade entre países e persistência de restrições estruturais. A região mantém oportunidades associadas aos seus recursos naturais, à sua posição geográfica e à transformação tecnológica, mas enfrenta dificuldades em converter essas vantagens em aumentos sustentados da produtividade e do bem-estar.

A questão central não é apenas quanto a região irá crescer, mas que estrutura económica irá sustentar esse crescimento, como os seus benefícios serão distribuídos e que capacidade os Estados terão para financiar políticas de desenvolvimento.

## V.DIMENSAO DA SITUAÇÃO SANITÁRIA: VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E COOPERAÇÃO REGIONAL

Essa dimensão apresenta alguns dos eventos institucionais mais concretos do período..

### OPAS: nova estratégia regional contra dengue e outros arbovírus

No 63º Conselho Diretor, os Estados membros da Organização Pan-Americana da Saúde aprovaram uma estrutura regional para fortalecer a vigilância, a prevenção, a preparação e a

[26] https://group.atradius.com/knowledge-and-research/reports/economic-research-regional-outlook-latin-america-caribbean-oct-2026

[27] https://www.bancomundial.org/es/news/press-release/2026/10/06/latin-america-caribbean-economic-update

resposta à dengue e outras doenças transmitidas por vetores. A estratégia propõe integrar informações epidemiológicas, entomológicas, virológicas e laboratoriais, melhorar a capacidade dos cuidados de saúde e modernizar o controlo dos vetores[28].

A iniciativa é relevante porque promove uma mudança de respostas predominantemente reativas para sistemas capazes de antecipar riscos e coordenar ações entre países.

O contexto epidemiológico é significativo: a OPAS informou que em 2024 foram registrados mais de 13 milhões de casos de dengue e mais de 8.400 mortes nas Américas, a maior epidemia documentada até então.

**Sarampo: persistência de lacunas vacinais**

Em 8 de outubro, a OPAS publicou o 13º relatório sobre a situação do sarampo nas Américas. O reaparecimento da doença durante 2025-2026 constitui um sinal de alerta para os programas de imunização e vigilância epidemiológica.

A avaliação regional da OPAS identifica a cobertura vacinal insuficiente, o acúmulo de populações suscetíveis, as dificuldades operacionais e a circulação internacional do vírus entre os fatores de risco. No balanço de 2025, a organização registrou 14.891 casos confirmados e 29 mortes em 13 países.

As ***prioridades de resposta*** são:

- Recuperar coberturas vacinais elevadas e homogêneas.
- Identifique populações com esquemas incompletos.
- Reforçar a vigilância e a detecção precoce de surtos.
- Coordenar a resposta em zonas fronteiriças e territórios de elevada mobilidade.
- Combater a desinformação e restaurar a confiança nas vacinas**.**

**Saúde, alterações climáticas e segurança humana**

A ameaça de eventos climáticos extremos traz mais uma vez à tona a preparação dos serviços de saúde, a continuidade dos cuidados, o fornecimento de medicamentos e a proteção das comunidades expostas.

A resiliência da saúde exige que os hospitais, os centros de cuidados primários, os laboratórios e os sistemas de vigilância possam continuar a funcionar face a inundações, cortes de energia, dificuldades de transporte e emergências climáticas.

O fenómeno El Niño constitui um risco estrutural para a América Latina, com impactos simultâneos na agricultura, energia, infra-estruturas, comércio e estabilidade política. No curto prazo, são esperadas inundações no Cone Sul e na região andina, secas na América Central e na Amazônia e interrupções na pesca no Pacífico. Estes efeitos surgem num contexto de orçamentos públicos enfraquecidos, o que limita a capacidade de resposta dos governos.

O Brasil é o país mais exposto da região as contingências da mudança climática: El Niño pode afetar as culturas de soja e milho, intensificar os incêndios florestais e reduzir a geração

[28] https://www.paho.org/en/news/1-10-2026-health-ministers-approve-new-regional-strategy-prevent-and-control-dengue-and-other

hidrelétrica, forçando-o a recorrer a fontes mais caras e potencialmente desacelerando setores emergentes, como os data centers. A Argentina, cujo programa económico depende de uma recuperação agrícola para reconstruir as reservas e conter a inflação, enfrenta um duplo risco: precisa de chuvas acima da média, mas um excesso pode danificar infraestruturas e reduzir as exportações, com efeitos políticos adversos para o governo. Na América Central, episódios anteriores do El Niño já geraram crises agrícolas e migratórias. Hoje, com fronteiras mais restritivas, o impacto poderá traduzir-se em maiores tensões sociais internas. Panamá sofre queda no nível da água do canal, afetando o comércio global; O Peru enfrenta chuvas extremas e inundações; e a Colômbia combina pressões sobre a sua matriz hidroeléctrica com riscos para a produção de café.

O pior cenário regional inclui inflação, insegurança alimentar e agitação social, acompanhados por uma viragem para uma liderança mais radical ou uma retórica xenófoba como mecanismos de desvio político. ***Neste contexto, os atores populistas poderiam recuperar terreno eleitoral através de promessas de gastos insustentáveis.***

Ainda assim***, o caos não é inevitável***. A região tem vantagens estratégicas – minerais críticos, energias renováveis e um sector agrícola robusto – que poderiam fortalecer a sua posição na segurança alimentar e na transição energética. ***Para tirar partido destes ativos, é necessário promover a integração económica, melhorar o Estado de direito, reforçar a disciplina fiscal e mobilizar o apoio de bancos multilaterais de desenvolvimento, capazes de fornecer financiamento de emergência, planeamento de catástrofes e incentivos ao investimento privado***.

**A saúde como dimensão da geopolítica**

Os acontecimentos do período permitem identificar quatro questões estratégicas:

I. ***Cooperação regional:*** As doenças transmissíveis exigem vigilância, partilha de informações e respostas coordenadas que transcendem as fronteiras nacionais.
II. ***Soberania sanitária:*** o acesso oportuno a vacinas, medicamentos, diagnósticos e tecnologias depende da capacidade de aquisição, produção e regulação.
III. ***Financiamento:*** a prevenção e o reforço dos serviços requerem recursos estáveis, mesmo em contextos de ajustamento fiscal.
IV. ***Governança multilateral:*** a OPAS e os mecanismos sub-regionais podem proporcionar coordenação técnica, padrões compartilhados e economias de escala.

A estratégia contra os arbovírus é um exemplo concreto de como a cooperação regional em saúde pode produzir instrumentos comuns mesmo quando existem diferenças políticas entre governos.

**Saúde nos Processos de Integração Regional**

**O Organismo Andino de Saúde – Convênio Hipólito Unanue (ORAS-CONHU), em parceria com a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), lançou o Plano Andino de Saúde e Mudança Climática 2026–2031[29]**

[29] https://www.paho.org/en/news/30-9-2026-paho-oras-conhu-and-andean-countries-launch-plan-protect-health-impacts-climate

Em 29 de setembro, durante o 63º Conselho Diretor da OPAS, foi apresentado o Plano Andino de Saúde e Mudança Climática 2026–2031, elaborado com a participação dos ministérios da Saúde da Bolívia, do Chile, da Colômbia, do Equador, do Peru e da Venezuela. A iniciativa busca fortalecer a resiliência dos sistemas de saúde diante dos impactos das mudanças climáticas, aprimorar a vigilância e os sistemas de alerta precoce e promover a cooperação regional, incorporando a abordagem de Uma Só Saúde.

Na ocasião, o diretor da OPAS, Jarbas Barbosa, destacou que o plano fortalecerá a cooperação regional para promover sistemas de saúde mais resilientes e sustentáveis, aprimorar a vigilância e a capacidade de alerta precoce e incentivar a pesquisa. Fernando Araos Dattoli, secretário executivo do ORAS-CONHU, ressaltou que os alertas ambientais precisam ser acompanhados de equipes preparadas, protocolos definidos e recursos para viabilizar respostas concretas. Segundo ele, a cooperação entre os seis países deve transformar o conhecimento científico e a capacidade de antecipação em proteção efetiva para as comunidades mais vulneráveis.

**A Secretaria Executiva do Conselho de Ministros de Saúde da América Central e República Dominicana (SE-COMISCA) avançou na vigilância epidemiológica, no controle de vetores e na articulação das prioridades regionais de saúde [30,31,32]**

Entre 29 e 30 de setembro, a SE-COMISCA e a rede EntoNET realizaram a reunião regional do Grupo Técnico de Entomologia, reunindo especialistas e representantes dos programas nacionais de vigilância e controle de vetores. O encontro promoveu o intercâmbio de experiências sobre metodologias inovadoras, como a Wolbachia, e sobre a avaliação da resistência a inseticidas. Como encaminhamento, foram estabelecidos acordos para elaborar uma nota técnica regional e avançar na implementação do Plano de Saúde da América Central e República Dominicana 2026–2030.

No campo da vigilância epidemiológica, a Secretaria Executiva também promoveu uma oficina para avaliar os procedimentos operacionais padronizados e os avanços da vigilância sentinela. A iniciativa buscou revisar procedimentos e fortalecer a capacidade regional de monitoramento e de resposta a doenças, contribuindo para a identificação oportuna de ameaças à saúde pública.

Além disso, durante o 63º Conselho Diretor da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS/OMS), a SE-COMISCA destacou os consensos dos países do Sistema da Integração Centro-Americana (SICA) em torno de três agendas prioritárias: a eliminação dos ácidos graxos trans de produção industrial, a equidade no acesso à saúde e a abordagem de Uma Só Saúde. No debate sobre gorduras trans, enfatizou a importância de medidas regulatórias e da rotulagem nutricional frontal para prevenir doenças não transmissíveis.

Em relação à etnicidade e à saúde, a Secretaria ressaltou a capacitação de mais de 250 profissionais na metodologia do diálogo de saberes e o avanço do Plano de Ação de Saúde

---

30 https://www.sica.int/noticias/realizan-taller-de-evaluacion-de-procedimientos-operativos-estandarizados-y-avances-de-la-vigilancia-centinela_1_139579.html

31 https://www.sica.int/noticias/se-comisca-reafirma-prioridades-y-compromisos-de-salud-regional-en-el-63-consejo-directivo-de-la-ops_1_139578.html

32 https://www.sica.int/noticias/se-comisca-y-entonet-desarrollan-la-reunion-regional-del-grupo-tecnico-de-entomologia_1_139575.html

Intercultural da região. Também destacou a aprovação da Estratégia Uma Só Saúde do SICA 2026–2030, voltada à articulação entre saúde humana, animal e ambiental, e defendeu o apoio de organismos de cooperação para financiar ações e fortalecer as capacidades nacionais. As discussões reforçaram o compromisso regional com a equidade, a segurança sanitária e a proteção da saúde pública.

**A Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) cumpriu agenda no Comitê Florestal da FAO e meio ambiente e clima [33][34]**

Durante o 28º período de sessões do Comitê Florestal da FAO (COFO 28), em 29 de setembro, os Países Membros da OTCA destacaram o papel da Rede Amazônica de Autoridades Florestais (RAFO) e da Rede Amazônica de Manejo Integral do Fogo (RAMIF) no fortalecimento da cooperação regional. As redes promovem o intercâmbio de conhecimentos, o desenvolvimento de capacidades institucionais e a articulação de respostas conjuntas para o manejo florestal sustentável, a restauração e a prevenção e o combate aos incêndios florestais.

Os países também ressaltaram a importância de ampliar a cooperação técnica e financeira, com mecanismos acessíveis e previsíveis, alinhados às prioridades nacionais. A agenda contempla ainda a participação dos povos indígenas e das comunidades locais e tradicionais, além da articulação com o Observatório Regional Amazônico (ORA), buscando integrar conservação florestal, manejo do fogo e resiliência dos territórios

Em 8 de outubro, a Comissão Especial de Meio Ambiente e Clima (CEMAC) da OTCA aprovou seu Plano de Trabalho durante reunião extraordinária realizada em Brasília. O documento fortalece a atuação da Comissão como instância de coordenação técnica entre os Países Membros para acompanhar compromissos regionais relacionados à conservação, restauração e uso sustentável da Amazônia e ao enfrentamento das mudanças climáticas.

O plano estabelece diretrizes para identificar prioridades, atividades e responsabilidades, além de ampliar a articulação entre as subcomissões de Meio Ambiente e de Mudanças Climáticas e outras instâncias técnicas da OTCA. A iniciativa integra o processo de fortalecimento institucional da Organização e contribui para implementar os compromissos assumidos na Declaração de Belém, promovendo maior coordenação e evitando a duplicação de esforços na agenda ambiental e climática amazônica.

**A Organização dos Estados Americanos (OEA) discutiu temas de democracia, segurança, saúde mental e sustentabilidade ambiental[35,36, 37,38]**

A OEA avançou em iniciativas de promoção da democracia, segurança multidimensional, saúde mental e sustentabilidade ambiental nas Américas. Em relação à Nicarágua, os Estados-membros aprovaram uma resolução que estabelece um mecanismo de acompanhamento

[33] https://otca.org/pt/paises-amazonicos-destacam-na-cofo28-o-papel-da-rafo-e-da-ramif-como-mecanismos-ativos-de-cooperacao-regional/

[34] https://otca.org/pt/cemac-aprova-plano-de-trabalho-e-avanca-no-fortalecimento-da-agenda-ambiental-e-climatica-da-amazonia/

[35] https://www.oas.org/es/centro_noticias/comunicado_prensa.asp?sCodigo=C-104

[36] https://www.oas.org/es/centro_noticias/fotonoticia.asp?sCodigo=FNC-145100

[37] https://www.oas.org/es/centro_noticias/comunicado_prensa.asp?sCodigo=AVI-106/26

[38] https://www.oas.org/es/centro_noticias/fotonoticia.asp?sCodigo=FNC-145120

diplomático, com prazos e responsabilidades definidos, para promover o diálogo e a recuperação democrática. Entre as medidas propostas estão a libertação de presos políticos, a proteção das liberdades fundamentais, o restabelecimento da independência institucional e a realização de eleições livres e justas. A resolução também prevê a criação de um Grupo Ministerial de Seguimento, responsável por dialogar com diferentes setores da sociedade nicaraguense e apresentar recomendações de ações diplomáticas e jurídicas pacíficas.

No campo da segurança, a Secretaria-Geral da OEA e o Ministério das Relações Exteriores do Peru firmaram uma adenda ao acordo de cooperação existente, estabelecendo mecanismos periódicos de avaliação e planejamento de novas iniciativas. A cooperação busca fortalecer a resposta conjunta ao crime organizado transnacional, incluindo o tráfico de drogas, a mineração ilegal, o tráfico de pessoas e as ameaças à cibersegurança.

Na agenda de saúde, a organização promoveu, de 5 a 9 de outubro, a Segunda Semana Interamericana da Saúde Mental, com foco na articulação intersetorial, no intercâmbio de experiências e no fortalecimento das capacidades regionais para enfrentar os desafios relacionados à saúde mental.

Já no Haiti, uma missão técnica da OEA avaliou desafios na gestão de resíduos sólidos e na poluição por plásticos, além de identificar soluções locais. A organização trabalhará com as autoridades haitianas para estruturar a iniciativa “Territórios Limpos, Seguros e Resilientes”, que busca combinar melhorias ambientais com a geração de emprego e renda, especialmente para os jovens, e explorar possibilidades de financiamento internacional.

**Considerações Finais**

O período de 29 de setembro a 9 de outubro de 2026 mostra uma região exposta à interação entre tensões geopolíticas, competição eleitoral, restrições económicas e riscos sanitários.

Primeira consideração: a autonomia estratégica regional depende de capacidades específicas. A diversificação das relações externas precisa de ser complementada com cooperação industrial, financeira, científica e sanitária. A concorrência entre grandes potências pode abrir oportunidades de negociação, mas também gerar pressões sobre as decisões nacionais.

Segunda consideração: a estabilidade económica não resolve automaticamente as exigências sociais. Os problemas de pobreza, rendimento, serviços públicos e emprego podem persistir mesmo quando alguns indicadores macroeconómicos melhoram. A governação exige combinar a disciplina fiscal com políticas sociais sustentáveis.

Terceira consideração: a saúde deve ser incorporada na agenda de integração regional e segurança. O reaparecimento do sarampo, a persistência da dengue e os riscos climáticos mostram que as respostas exclusivamente nacionais são insuficientes. A coordenação epidemiológica, as compras conjuntas, a cooperação regulamentar e a produção regional de insumos críticos podem aumentar a capacidade de resposta.

Quarta consideração: a fragmentação política é um obstáculo transversal. As diferenças entre governos dificultam a construção de posições comuns em matéria de comércio, segurança, ambiente e saúde. No entanto, a existência de problemas partilhados pode oferecer espaços

para a cooperação pragmática, mesmo entre administrações com orientações ideológicas diferentes.

Em suma, a principal questão regional é ***como converter a interdependência económica, os desafios sociais e as ameaças à saúde numa agenda de cooperação eficaz, sem abrir mão da soberania nacional ou da capacidade de tomada de decisão coletiva***.